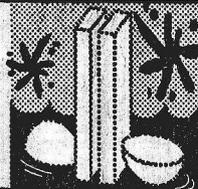


“Nessa lista tem de santo a herói”, disse Magalhães



Punição: “Essa providência caberá ao Ministério Público”

# Relator incluiu mais 7 parlamentares na CPI

■ Sobe para 30 a lista dos que deverão ser cassados por falta de decoro, entre 54 políticos com mandato investigados até agora

Brasília — Josemar Gonçalves

BRASÍLIA — O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou ontem que incluiu mais sete nomes de parlamentares em seu relatório, aumentando para 30 a lista dos que deverão ser cassados por falta de decoro parlamentar. “Nessa lista tem de santo a herói”, disse Magalhães, sem revelar os nomes. O relator informou ainda que dará tratamento individualizado a cada um dos 54 parlamentares investigados pela CPI. “O número de depoimentos corresponderá ao de nomes citados”, explicou Magalhães sobre o método do relatório.

O relator não vai pedir nenhum tipo de punição para os três governadores investigados pela comissão — João Alves (Sergipe), Edson Lobão (Maranhão) e Joaquim Roriz (Distrito Federal). “Essa providência caberá ao Ministério Público”, informou. Magalhães considera inevitável que o Ministério Público peça o confisco de bens dos implicados nos desvios das verbas do orçamento. “O que foi para o bolso

do parlamentar ou para o clientelismo terá que ser devolvido.”

Ontem, todos os coordenadores das quatro subcomissões — Emendas, Subvenções, Patrimônio e Bancos — alegaram insuficiência de dados e dificuldades para concluir os seus relatórios. O novo prazo foi dilatado até a próxima terça-feira. Na semana decisiva para a conclusão do seu relatório, Roberto Magalhães declarou-se impedido para dar parecer sobre o caso do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), e será substituído, nessa tarefa, pelo senador Francisco Rollemberg (PFL-SE) ou pelo deputado Maurício Najari (PFL-ES).

**Especial** — O senador Elcio Álvares (PFI-ES) não quis assumir essa tarefa. Assim, Fiúza será objeto de um relatório à parte ao do relator. Também o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz terá um relatório especial elaborado pela Subcomissão de Subvenções.

As quatro subcomissões alegam dificuldades de processamento dos dados recebidos, alegam necessidade de diligências complementares,

demora no envio de dados pelos bancos e pela Receita Federal. “Está difícil, muito difícil mesmo, um verdadeiro parto a forceps concluir os trabalhos”, disse o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), coordenador da Subcomissão de Patrimônio. Para o deputado Benito Gama (PFL-BA), “se o governo ajudar, evitando a demora na análise dos pedidos enviados pela CPI à comissão coordenada pelo ministro Romildo Cahim”, o trabalho das subcomissões ficará pronto. Para o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o problema na Subcomissão de Emendas é que o relatório parcial está sofrendo modificações.

Em todas as subcomissões a lista de implicados com as irregularidades no orçamento varia entre 14 e 30 parlamentares. Um cruzamento entre as quatro aumentou a lista dos que podem ser cassados por falta de decoro parlamentar. A principal briga é para incluir os parlamentares e autoridades que cometeram sonegação de impostos na categoria de crime de falta de decoro.



Roberto Magalhães ouve Jarbas Passarinho a respeito do prazo para o relatório final da CPI do Orçamento